

Relatório de acompanhamento das Iniciações Científicas vinculadas ao *fluxo penalização a céu aberto*

As pesquisas do *Projeto Temático Ecológica* (PTE), dispostas em fluxos em torno da noção de ecológica, que articula o projeto, não compreende separação estanque entre *meio ambiente, segurança, direitos e penalização a céu aberto*. No entanto, o trabalho em levantar, sistematizar e produzir análises em torno de seus dados se dispõe em temáticas de pesquisas mais afeitas a um dos fluxos. Desta maneira, as Iniciações Científicas (IC), embora desenvolvidas em reuniões conjuntas com os pesquisadores dos fluxos e com orientação e supervisão do pesquisador responsável do PTE, distribuem-se, também, em fluxos, segundo afinidades temáticas e proximidades das pesquisas dos estudantes. Este relatório, objetiva assinalar os avanços e contribuições das pesquisas de IC vinculadas ao fluxo *penalização a céu aberto* diante dos seus planos e objetivos específicos propostos e apresentados em relatório parcial do FTE para o ano de 2011. Responde, também, à solicitação de bolsas do IC encaminhada à FAPESP junto ao relatório anterior, destacando desde já que as bolsas não acionadas durante esse ano de 2011 foram preenchidas com bolsas do programa PIBIC-CNPq da PUC-SP, podendo receber renovação do bolsista pelo acionamento das bolsas já orçadas e não utilizadas, mediante avaliação de desempenho e pertinência de continuidade do acompanhamento do tema.

Nesse ano foram 5 (cinco) as pesquisas de IC vinculadas a este fluxo: 1) “O *Instituto ETHOS* e sua influência global na condução socialmente responsável tida como necessária e desejável”, desenvolvida por Hannah Maruci Aflalo, estudante do curso Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, com bolsa FAPESP (inicialmente bolsa (inicialmente bolsa PIBIC-CNPq); 2) “CUFA (Central Única das Favelas) um

agente político na renovação das desigualdades sociais na sociedade de controle”, desenvolvida por Paula Soldera de Barros Santiago, estudante do mesmo curso e também bolsista FAPESP (inicialmente bolsa PIBIC-CNPq); 3) “Mídia e polícia na (des) construção do movimento punk paulistano”, desenvolvida por Flávia Lucchesi de Carvalho Leite, estudante do curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, com bolsa CNPq; 4) “UPP e UPP social: novas modulações de segurança pública, dispositivos para cuidar da vida *no* e *do* planeta”, desenvolvida por Mayara de Martini Cabeleira, também estudante de Ciências Sociais e bolsista PIBIC-CNPq; 5) “A multidão na antiglobalização: captura e alternativa das resistências na sociedade de controle”, desenvolvida por Maria Raquel Santos Simão, estudante do mesmo curso e também bolsista PIBIC-CNPq.

De imediato cabe destacar a disposição e envolvimento das pesquisadoras não apenas em relação às suas pesquisas específicas de IC, mas, da mesma maneira em relação às atividades vinculadas ao PTE, com evidente repercussão em seus relatórios de atividades e científico. Participaram ativamente da tabulação de notícias jornalísticas, o que garantiu os prazos internos do projeto, além de contribuírem na tabulação dos demais fluxos. Mantiveram comparecimento regular na sala do projeto e estiveram presentes nos seminários realizados por pesquisadores do projeto e pesquisadores convidados, repercutindo as discussões em seus respectivos relatórios. Por fim, responderam sempre afirmativamente às solicitações suplementares de acompanhamentos específicos e tabulações solicitadas pertinentes às temáticas referentes ao fluxo, expondo dificuldades e limitações, na mesma medida de soluções e avanços.

A apresentação dos primeiros relatórios parciais trouxe importantes contribuições para o cumprimento dos objetivos apresentados em relatório anterior, com sistematizações e apresentações de documentos, suscitando, também, sugestões analíticas e de bibliografia. Destes, destaco: situação das

resistências e efeitos de captura; programas de segurança, em especial UPP e UUP social; *vida polícia* e *convocação a participação*; práticas de governo na sociedade civil; empreendedor de si atuando como um empreendedor social, sujeito produzido nas relações entre governos (nacionais e de ambientes internacionais), empresas e sociedade civil, funcionando como agente catalisador (de alto a baixo) de um pastorado contemporâneo que conforma os *campos de concentração a céu aberto*, nas cidades que buscam segurança na sustentabilidade — entendida como capacidade ambiental, social e econômica que lega qualidade de vida para as gerações futuras. Essas formulações analíticas e descritivas derivam, aqui e nos respectivos relatórios, das articulações que cada campo de pesquisa decalcou com a Agenda 21, a Carta da Terra e Metas do Milênio (documentos principais do PTE) e do referencial na analítica genealógica e suas repercussões acerca da racionalidade neoliberal, as iniciais formulações de Gilles Deleuze sobre a sociedade de controle e as noções aproximativas em tono da noção de ecopolítica.

Segue uma descrição sumária com alguns destaques em cada uma das pesquisas, que repercutiram em formulações analíticas a serem tratadas no relatório do fluxo.

Em relação ainda aos objetivos apontados para o fluxo em 2011, a pesquisa sobre o *Instituto ETHOS*, além de reunir e sistematizar farto material sobre a atuação e conexões do instituto, esclarece dois pontos importantes levantados inicialmente pelo PTE: 1) o redimensionamento da filantropia cristã, que revelava o compromisso social de seu proprietário como elevação espiritual deste (cf. Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas, pp. 14-15 do relatório), para uma filantropia na qual há uma individualização do “coletivo” empresa, entendida como “empresa cidadã”, passível de deveres cívicos, sobretudo de transparência e responsabilidade social e ambiental, segundo o referencial estadunidenses das *foundations*; 2) o esclarecimento da aplicação diferenciada das terminologias jurídicas e sociais de ONG (Organização Não-

Governamental) e OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), sendo a segunda uma certificação que o Estado, eventualmente e sob critérios específicos, fornece à primeira que, dentre outras coisas, a qualifica para fornecer ou complementar serviços públicos/estatais e participar de PPP (Parcerias Público-Privadas).

No que diz respeito às tecnologias de governo, tais precisões indicam tanto para uma atualização do poder pastoral, analisado por Foucault; sua democratização que vem acompanhada de uma espécie de “laicização”, que não coloca as empresas, os empresários e as fundações ou institutos apenas como pastores, mas, simultaneamente, como pastores e membros do rebanho, pois a transparência e o “balanço social “ se apresentam como deveres do exercício da filantropia, agora redimensionada em compartilhamento. Isto também revela a funcionalidade de governo dos monitoramentos, que não se restringem aos monitoramentos eletrônicos, e à diferença com a vigilância disciplinar, na medida em que, na sociedade de controle, quem monitora é também monitorado, num fluxo conectado de práticas de governos compartilhados.

Quanto às funções e certificações de ONGs e OSCIPs e gradual adoção do modelo estadunidense das *foundations*, confirma a tendência indicada em documento do IPEA de 2006, compilado no relatório anterior. Aponta para os redimensionamentos contemporâneos da governamentalidade, não apenas como racionalidade neoliberal, mas também como mutação das práticas biopolíticas em direção a uma ecopolítica. Se a governamentalidade, como analisada por Foucault, emerge no século XVIII, como governamentalização do Estado em relações ascendentes e descendentes e se intensifica como racionalidade neoliberal no final dos anos 1970, as relações entre Estado, empresas, cidadãos, sociedade civil e legislação, como expressa no caso das ONGs e OSCIPs, instaura práticas de governo e tecnologias de poder que ao mesmo tempo vazam as fronteiras nacionais e não abrem mão da centralidade

do Estado, de seu papel jurídico e policial de garantidor dos contratos e acordos. O empresário empreendedor não é mais aquele capaz de inovação tecnológica da produção e expansão do mercado, mas é aquele capaz de capitalizar as condutas produtivas de consumidores e expandir o campo de atuação social e ambiental. Assim, produz com suas *foundations*, o que já vem se chamando de tecnologias sociais (cf. encarte *Le Monde Diplomatique Brasil/Banco de Brasil*). Essas são anotações a serem desdobradas no próximo ano de pesquisa em torno do *negócio social*.

Por fim, uma figura a ser destacada no Instituto ETHOS é Oded Grajew. Um recorte de sua trajetória nos limites das informações compiladas nesses relatórios de IC do *fluxo penalização a céu aberto* dá mostras de como se constitui essa casta de gestores sociais e agentes conectados dos *campos de concentração a céu aberto*. Ele aparece em quatro, dos cinco relatórios, dois diretamente (ETHOS e FSM) e dois indiretamente (CUFA e UPP e UPP social). Grajew foi presidente do conselho deliberativo do Instituto ETHOS em sua fundação, continua como membro do conselho, mas passou a presidência para Sergio Mindlin (Presidente da Fundação Telefônica, maior investidora, em volume de recursos, em projetos para chamados “adolescentes em conflito com a lei”). Conselho este que conta com Daniel Feffer, vice presidente da Suzano papel e celulose, membro de iminente família investidora no agronegócio e dona da ONG sustentável Projeto Ecopolo. Grajew aparece ainda como um dos fundadores do Fórum Social Mundial e, como membro do Movimento Nossa São Paulo; é um incentivador de ações de reurbanização de favelas e de revitalização das áreas urbanas degradadas, como as UPP no Rio de Janeiro e Nova Luz, em São Paulo. Por fim, Grajew foi assessor especial do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, cargo que foi sucedido por Sergio Mindlin. Anuncia-se uma breve história da elite do *negócio social* e ambiental.

No relatório sobre “mídia e polícia na (des)construção do movimento punk paulistano”, destaca-se o farto material de imprensa que investe na

composição de uma versão feminina, light e de classe média dos desdobramentos sonoros e estéticos do movimento punk: as *riot grrrl*. Para os objetivos expressos no relatório de fluxo do ano anterior, o material dessa pesquisa traz contribuições interessantes sobre 1) o discurso da imprensa, espacialmente direcionada ao que se classifica como público adolescente; 2) a repercussão do conceito de *empoderamento*, derivados dos estudos de gênero, no grupo juvenil como uma via de contenção de revolta e resistências. Segundo algumas reportagens e entrevistas transcritas no relatório, o que motivou muitas das meninas a aderirem ao movimento *riot grrrl* foi uma sensação de não pertencimento ou não enquadramento em padrões estéticos e valores morais de seus grupos de origem, encontrando no referido movimento, acolhida, visibilidade e reconhecimento, rapidamente interpretado por *empoderamento* feminino dessas jovens. Associado essa visão “de dentro” às matérias de jornais e revistas que “falam sobre” esse grupo de garotas, valorizando o sentido emocional e noções como “care about” (p.64), produzindo o que a bolsista chama de visão psicologizante e próxima da autoajuda, constata-se em funcionamento um pequeno elemento de contenção de insatisfações, que poderiam gerar revolta contra a sociedade, redimensionado como *resiliente*. No entanto, chamou a atenção a reprodução os discursos nos quais algumas *riot grrrl* falam de suas vidas antes de entrarem para o movimento: rejeitadas por amigas e parentes, por meninos e colegas de escola, incomodadas com seus desejos e anseios, encontram no *riot grrrl* acolhida. Nesse momento, é possível deduzir que, antes mesmo de ser um contentor de revoltas, a identificação com o grupo antecipa um mal-estar que poderia detonar uma *perdedora radical* (noção indicada em relatório de fluxo anterior), achando um lugar para elas.

O relatório sobre a CUFA (Central Única das Favelas), traz um vasto material sistematizado e bastante informativo sobre essa OSCIP, que durante a primeira década do século XXI foi de um grupo de jovens da favela Cidade de Deus à uma organização da sociedade civil, com forte influência na grande

imprensa, nos governos estaduais e federal e com conexões transterritoriais diretas em países de toda América, da Europa e alguns países da África. Dos projetos descritos no relatório da bolsista destaca-se o F4 (Favela a Quatro), que conecta a CUFA a outros projetos similares, que muito provavelmente sustentam outros iguais ou menores, que são o Afroreggae, Nós do Morro e o Observatório de Favelas. Do material de imprensa destaco a entrevista do líder da CUFA, o *rapper* MV Bill, ao jornal O Estado de S. Paulo. Além disso, merece nota a maneira como o relatório expõe o papel fundamental da CUFA e suas filiais em todo Brasil como facilitadora na difusão e implementação do PRONASCI (Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania). Para os objetivos anunciados no relatório de fluxo, esta pesquisa de IC levanta questões que interessam: 1) a ampliação e sofisticação do governo das comunidades pelos seus próprios habitantes, como características dos *campos de concentração a céu aberto*; 2) o uso do termo comunidade em substituição a favela e suas nuances; 3) as relações entre a elite do poder e o que caracterizamos no PTE como elite secundária.

Nos limites das informações produzidas por esses relatórios, a CUFA forma algo a mais que um mero espelho do Instituto ETHOS, com as mesmas implicações jurídicas e de práticas governo que perpassam os termos ONG e OSCIP; as mesmas relações com governos, empresas e a chamada sociedade civil organizada. No entanto, as relações com os meios de comunicação e os compromissos com as chamada comunidade, tomam aqui contornos distintos. Enquanto nas ações do ETHOS o efeito de visibilidade deve atingir o nome da empresa, conferindo transparência e visibilidade; na CUFA, a visibilidade e transparência devem atingir o sujeito que é a cara da organização e a comunidade como todo, que se orgulha de sua projeção e reconhecimento. Cabe repetir os efeitos de monitoramento que essa visibilidade produz: se ações são descritas como exemplos de tecnologias sociais, não fica difícil notar os efeitos enquanto tecnologia de poder. Amando sua comunidade, de onde saiu o

rapper, o jogador de basquete, o artista, que mesmo sendo reconhecido, não abandona o morro, cuidados mútuos em torno da reputação da comunidade se intensificam, assim, todos cuidam de todos e de cada um.

As transcrições de documentos oficiais, projetos específicos da CUFA e declarações de seus integrantes evidenciam a preferência em tratar as regiões das cidades antes tratadas como favela, com o nome de comunidade (o que designava exclusão, agora passa a ser inclusão). Documentos como a Agenda 21 e Agenda 21 Brasil, reiteram isto. Mas nota-se, também, a relativização do uso. Quando é um morador ou um integrante da organização que fala, o termo favela é ainda usado, mas em sentido positivo, como se conferisse certo poder a quem o pronuncia com propriedade (neste sentido, menos como pronunciamento resistente, confere autenticidade à história de cada um evidenciando o aspecto *resiliente*). Assim, sob a pressão da própria CUFA, uma lei municipal da cidade do Rio de Janeiro, institui o dia 4 de novembro como “dia da favela”. Seja comunidade ou favela o efeito que se produz no habitante do *campo de concentração a céu aberto* é o mesmo, um orgulho análogo ao *empoderamento* notado entre as *riot grrrl*, fazendo com que o sujeito se agarre com unhas e dentes naquela condição em que se encontra. Assim ele olha para a CUFA, para o Afroreggae, para a polícia ou para os programas de governo como formas de melhorar de vida, de ser cuidado e reconhecido na condição de favelado ou morador da comunidade. Nos termos utilizados por este PTE, a partir dos estudos de Michel Foucault, uma condição de assujeitamento que sofisticada e amplia o *campo de concentração a céu aberto*.

A composição dos integrantes da CUFA, em especial suas celebridades, como MV Bill, caracterizados como componentes da elite secundária, o relatório da bolsista utiliza a entrevista supracitada que sugere a entrada de MV Bill na política parlamentar, como uma possível absorção deste membro da elite secundária na elite principal. Cabe anotar que a relação entre elite secundária e elite principal se dá menos pela permeabilidade da primeira em relação à

segunda, como anotou Whigth Mills e mais pela manutenção das posições desde que conectadas. Privilegiando a política extraparlamentar, como declara o próprio MV Bill, sua margem de negociação e acordos com governos de variados partidos é muito maior. E ao se manter “de fora”, “fiel à comunidade”, a capacidade de contenção de resistência de MV Bill como integrante da elite secundária é infinita. Eis um dos efeitos políticos do conservadorismo moderado, uma política cambiante, mas de posições bem definidas. Favelado negocia com favelado, empresário lida com empresário. Suas lideranças sentam à mesa de negociação para, democraticamente, negociarem melhorias.

Os relatórios sobre o Fórum Social Mundial e sobre as implementações das UPP e UPP Social, são de desenvolvimento mais recentes. Mesmo assim já trazem interessantes contribuições para o projeto. Em relação às UPPs, como previsto no plano para 2011 do fluxo, existe um acompanhamento das recentes Unidades de Polícia Pacificadora (desde 2008) e de Unidades de Polícia Pacificadora social (desde 2010). Há um breve estudo, que talvez necessite de maior precisão, sobre as procedências do termo favela em movimentos de resistência da antiga república brasileira como a Guerra de Canudos (1893-1897), a Revolta da Armada (1893) e a Revolta da Vacina (1904). Considerando o que se expôs anteriormente sobre a atualidade da palavra favela, tais indicações podem orientar na busca por resistências, que parecem sumidas, na sociedade de controle. O relatório registra ainda que, em menos de 2 anos de programa, já são 40 unidades da UPP em 19 favelas ocupadas.

Em relação ao relatório sobre FSM, há ainda uma tímida sistematização de sua história e ligações e/ou procedências nos movimentos antiglobalização e zapatistas. Além de suas inúmeras conexões com as alternativas globais ligadas a ONGs e entidades como ATTAC, que investem em proposta de regulação e regulamentação das transações financeiras do mercado global. Essas alternativas contam com seu próprio campo de produção da verdade, estabelecendo conexões com políticos (em especial do Partido dos

Trabalhadores no Brasil e a Social Democracia francesa) e intelectuais, além de publicações próprias, em especial o mensal *Le Monde Diplomatique*, que possui versões locais em quase todos os países da América Latina, e no Brasil é dirigido pelo Instituto Polis, que presta assessoria e formação em políticas sociais.

Por fim, cabe ressaltar que essa breve descrição de experiências no que se convencionou chamar de *área social*, expõe: 1) a expansão desse campo social como objeto de investimentos vários, de empresários a favelados, intensificando a correlação entre o que se convencionou chamar de *política pública*, e compartilha espaço com o *negócio social*, responsabilidade sócio-ambiental ou ação participativa, com as atividades de monitoramento e expansão da *polícia da vida* como produção de subjetividades policiais; 2) o que deflagra um vasto campo de investigação de pesquisa em ecopolítica, exposto pelo vigor dos relatórios apresentados. No diz respeito ao Brasil, ele se apresenta como *ambiente inovador*, com experiências *for export*, como a CUFA, no campo do que vem se chamando de *tecnologia social*, que nutrem conexões planetárias, com investimentos de grandes empresas, na produção de empreendedorismo social que, por isso mesmo, tornam-se cada vez mais restritas as atitudes de resistências. Teria o campo que se convencionou chamar de ciências humanas se configurado como campo de batalhas entre os criativos inovadores empreendedores de si e os resistentes empedernidos?